

Traços econômicos da obra *Memórias Sobre a capitania de Sergipe* de Marcos Antônio de Souza

LENINALDO FERREIRA DA CRUZ JÚNIOR

Resumo:

O presente trabalho analisará como as ideias iluministas e as diferentes formas de liberalismo econômico surgidas na Europa do século XVIII, foram recepcionadas no livro *Memórias Sobre a Capitania de Sergipe* de Marcos Antônio de Souza, quais interpretações essas ideias novas receberam na visão de um padre a serviço da igreja e do estado português. Também irá refletir sobre a instrução obtida por Souza na América portuguesa, num contexto de reformulação do ensino e expulsão dos jesuítas do território português, somado ao acesso restrito a livros. Por fim o seguinte texto fará um sucinto resumo sobre autores liberais citados constantemente por Souza em sua obra, mostrando um pouco das peculiaridades e diferenças dessas doutrinas econômicas.

Palavras chaves: Nação. Produção. Progresso.

Introdução

O texto que se segue tem como objetivo central fazer uma análise dos aspectos econômicos do livro: “Memórias sobre a capitania de Sergipe”, de autoria de Marcos Antônio de Souza (1771-1842). Esta obra figura-se entre os trabalhos pioneiros que tentaram descrever *A Capitania de Sergipe d’El-Rei*, sendo sem sobra de dúvida, a descrição mais detalhada produzida no século XVIII. Porém é preciso, antes de tudo, contextualizar a obra com os eventos que marcaram a Europa no mesmo período e que influenciaram várias gerações de intelectuais brasileiros. Apesar do nome, o livro não trata apenas das memórias de um padre que morou em Sergipe. Marcos Antônio de Souza era um homem de vasta cultura e não se contentou em cuidar somente dos assuntos da igreja. Foi muito além como pesquisador e realizou um respeitado estudo sobre a geografia e os habitantes das terras localizadas entre o rio Real e São Francisco do século XVIII. A riqueza de detalhes desse pequeno livro de memórias está relacionada ao seu autor ter sido protagonista de grande parte do que escreveu. Fato esse que torna sua obra importantíssima e de valor imensurável para a historiografia sergipana.

São escassas as fontes dessa natureza anteriores ao século XIX sobre Sergipe, “Memórias Sobre a Capitania de Sergipe” é um livro que vai consolidar os raros dados que existiam até então sobre a capitania. Por este motivo, se tornou uma obra bastante apreciada pelos historiadores sergipanos, sendo citada por diversas vezes em vários trabalhos. O historiador, jornalista, médico e político Felisbelo Freire (1858-1916), que ocupou cargos importantes como o de ministro dos negócios estrangeiros e da fazenda durante o início da república (1889-1930). Além de ter sido o primeiro governador de Sergipe e patrono da academia sergipana de letras, foi quem abriu o caminho para o uso de Souza na historiografia sergipana, quando reconheceu a importância da sua obra elogiando-a como “incontestavelmente importante”. Freire, que é considerado o pai da historiografia sergipana, além de ter sido um dos membros efetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirmou que a obra presta um grande serviço a Sergipe.

¹ Discente de História Licenciatura/UFS. Trabalho de Conclusão de curso 2016.1, sob orientação da Prof^a Dr^a. Edna Maria Matos Antônio. Email: leninaldocruz@gmail.com

Outro que também reconheceu a importância de Souza foi o ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e fundador do Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Sergipe o renomado historiador e folclorista sergipano, José Calasans Brandão da Silva (1915-2001). Quando classificou o livro como de “valor insofismável na bibliografia histórica da província” (SILVA, 1992, P. 13). Segundo o mesmo, a obra despertou interesse pelo passado sergipano, merecendo, por várias razões figurar de modo assinalado na história de nossa historiografia.

Concluída em 1808, a obra ficou inédita por setenta anos, até ganhar uma modesta edição em 1878, feita por Antônio José Fernandes de Barros, senhor do Engenho Mato Grosso, localizado em Maruim. O livro contém uma pequena história econômica e social, dividida em oito capítulos que descrevem Sergipe e sua antiga capital São Cristóvão. Trata também das características de suas cidades, vilas e freguesias, além da composição econômica e demográfica dos seus habitantes, com suas respectivas etnias. Descreve ainda sobre a topografia dos terrenos, produção agrícola, localização das igrejas e navegabilidade dos rios. Por fim, Souza ainda vai apresentar alguns planos para o melhoramento da capitania.

A diversidade de temas abordados por Souza gira em torno de dois objetivos principais: produção e progresso. Para o autor é preciso potencializar ao máximo a produção, utilizando todos os meios e recursos disponíveis na natureza. Souza apresenta o tempo todo sugestões de melhoramentos, tanto para a lavoura e os processos de trabalho, como para navegação e hábitos dos seus habitantes, indicando quais caminhos à capitania deve seguir para alcançar o progresso material. Pertencente à primeira década dos oitocentos e estudioso dos assuntos econômicos, políticos e sociais, sua escrita tem como pano de fundo o liberalismo econômico, doutrina que foi bastante propagada na Bahia, tendo o economista, jurista, historiador e político José da Silva Lisboa (1756-1835) o visconde de Cairu, que também foi um dos responsáveis pela introdução da economia política no Brasil e coautor do decreto que determinou a abertura dos portos brasileiros e o conceituado jurista, desembargador e deputado das cortes de Lisboa, além de estudioso da economia política, João Rodrigues de Brito como seus principais defensores.

O pensamento liberal começou a ser discutido ainda no século XVII quando o filósofo inglês John Locke publica seus trabalhos sobre política. Contudo, é apenas no século XVIII que surgiu o liberalismo econômico, doutrina que teve como principais teóricos os fisiocratas franceses François Quesnay (1694-1774) e Vincent de Gournay (1712-1759). Porém, é após a publicação da obra: *“Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”* mais conhecida simplesmente como *“A riqueza das nações”* de Adam Smith (1723-1790), que essa teoria ganha força e espalha-se por toda Europa e suas respectivas colônias. Considerado o pai da economia moderna, Smith é o principal expoente do liberalismo econômico, doutrina que prega a liberdade econômica como o único meio possível da iniciativa privada se desenvolver sem a intervenção do estado. Segundo Smith a livre concorrência regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo da produção. Essas ideias influenciaram grande parte da burguesia europeia que se encontrava em ascensão no século XVIII, devido à prática política mercantilista adotada pelos reis absolutistas da época.

Na obra *“A riqueza das nações”* Smith vai defender que o desenvolvimento e o bem estar de uma nação esta diretamente ligada ao crescimento econômico e da divisão do trabalho. Sendo esta última, a principal forma de reduzir os custos da produção e os preços das mercadorias. Defende ainda a livre concorrência econômica, somada a acumulação de capital como fonte para desenvolvimento econômico. No América portuguesa essa doutrina econômica também será absorvida, porém, de maneira diferente, já que sendo uma colônia a interferência do estado está intrínseca a economia.

Este trabalho busca fazer uma reflexão sobre como Adam Smith e os demais pensadores iluministas, em especial os liberais, foram compreendidos por Souza em sua obra e quais interpretações a doutrina econômica ganhou na perspectiva de um padre a serviço da igreja e conseqüentemente do estado Português. Analisará ainda, como mesmo influenciado pelas ideias liberais, Souza mantém a ética cristã intrínseca em sua escrita, mesmo quando externa seu posicionamento e convicções ideológicas. Somando ao fato do autor ter vivido em um período em que o acesso a informações e livros era restrito e limitado a poucas pessoas da sociedade

Memórias da capitania de Sergipe d'EL-Rei

O presente artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa da obra, na qual será analisado o discurso e o conteúdo, sendo que o primeiro, está relacionado ao contexto em que o autor escreve. Pois todo sujeito é produto do coletivo, em que se encontra inserido, ou seja, o discurso do autor é uma reprodução de saberes pré-existentes no mesmo. Já no caso do conteúdo será considerada a presença ou ausência de determinada característica no texto, observando as palavras ou frases que se repetem, como indícios que caracterizam o posicionamento do autor e estabelece sua ideologia.

Contudo o que será tomado como objeto do discurso, serão apenas os aspectos econômicos, identificando qual ideologia foi empregada na obra e analisando o posicionamento do autor em relação aos fatos descritos. Autores como Sharyse Pirouco e Luiz Mott citaram Souza, quando trataram respectivamente em suas obras, dos escravos e da miscigenação em Sergipe. Sendo um livro heterogêneo, “Memórias sobre a capitania de Sergipe” permitiu diferentes abordagens, produzindo significados diversos e até mesmo antagônicos. Porém o que se pretende aqui não é fazer julgamento, nem tão pouco tentar provar a veracidade dos fatos descritos por Souza, mas sim compreender o sentido que o autor quis dar ao que escreveu, decifrando os vários sinais espalhados pela obra.

Qualquer investigação a respeito do território sergipano do século XVIII encontrará no livro “Memórias sobre a capitania de Sergipe”, uma inesgotável fonte de informações. Pesquisar sobre Marcos Antônio de Souza é uma maneira de resgatar e valorizar o passado, prestigiando esse importante e pouco conhecido personagem da história Sergipana. Souza ao escrever seu livro de memórias, apontou os caminhos que Sergipe precisava seguir para entrar no cenário econômico colonial e até mesmo imperial, prestando assim, um grande serviço à historiografia sergipana ao realizar um diagnóstico da capitania, identificando os males que provocavam o atraso econômico e apontando a cura para os mesmos.

O padre intelectual e o iluminismo

Para compreender o pensamento de Marcos Antônio de Souza é preciso primeiramente conhecer a origem de suas ideias e em qual contexto histórico as mesmas pertenciam. Natural da cidade de Salvador, ainda jovem Souza ingressa na carreira eclesiástica, cursando o seminário dentro dos moldes do iluminismo, em decorrência da nova orientação dos estudos implantada após a reforma pombalina. Tornar-se padre num período em que a igreja fazia parte do estado, era garantir privilégios e status perante a sociedade, assegurando-se como membro efetivo da elite colonial. Assim como os demais padres do seu tempo, Souza viveu em enormes freguesias, representando não somente a igreja mais também o estado português. Na capitania de Sergipe d'El-Rei, Souza foi vigário de Pé do Banco, uma das paróquias mais antigas da região, e que teve como primeiro vigário o padre Manoel Carneiro de Sá, que tomou posse no dia 18 de fevereiro de 1700. Hoje essa região pertence ao atual município de Siriri. É neste período que o então vigário, faz um levantamento de dados sobre a capitania de Sergipe, dados estes que são editados em seu livro de memórias. Em 1821 Souza torna-se deputado da assembleia constituinte portuguesa. Como político Souza vai defender os interesses da igreja e do estado português, posicionando-se a favor da liberdade da imprensa religiosa e o foro eclesiástico.

Dom Marcos Antônio de Souza foi presbítero secular da Ordem de São Pedro, ou seja, um clérigo que desempenhou as mais variadas formas de apostolado, tendo suas atividades voltadas para o público em geral e vivendo próximo aos leigos. A capitania de Sergipe pertencia a então diocese de Salvador; para onde Souza foi transferido e elevado ao cargo de bispo do Maranhão em 1826, sendo o primeiro a ser promovido a tal cargo pelo imperador D. Pedro I. Lá Souza idealizou e fundou em 1838 o Seminário de Santo Antônio, o primeiro seminário diocesano do Maranhão, suprimindo assim, a deficiência na formação do clero maranhense. Porém seu trabalho é escrito anteriormente, em 1808, quando Souza ainda exercia o cargo de vigário de Nossa Senhora da Vitória na Bahia. Sendo dedicado ao diplomata, político e então ministro Rodrigo de Souza Coutinho (1745-1812) o Conde de Linhares,

afilhado do Marquês de Pombal e representante intelectual da ilustração portuguesa, aquém pertencia às pastas da guerra e dos negócios estrangeiros.

O motivo que leva Souza a dedicar seu trabalho a Coutinho é a proximidade e influência que o mesmo possuía junto ao Príncipe Regente D. João, devido ao fato do ministro pertencer ao Conselho do rei, sendo auxiliar na direção geral da política portuguesa até 1812. Além do mais, existe uma afinidade de ideias entre esses dois intelectuais, o pensamento liberal expresso por Souza em sua obra e as ideias também liberais de Coutinho, mostra as várias contradições, entre o liberalismo político e o liberalismo econômico. Evidenciando com a forma de pensar deles se encaixava perfeitamente na realidade colonial, ou seja, os dois propõem uma forma de liberalismo que não questionar a autoridade real, apenas reivindica alguns “favores” necessários para ajustar o liberalismo econômico à América portuguesa.

Pertencente a uma classe de intelectuais baianos que tinham acesso à informação, num período em que o acesso a livros era limitado. Souza manifestou em sua obra o interesse por assuntos políticos, dispondo a seu favor, de uma bagagem intelectual capaz de tratar dos mais diferentes temas, como composição etnográfica, os aspectos geográficos, econômicos, demográficos, sociais e até mesmo históricos de Sergipe. Esses ilustrados baianos discutiam as novas ideias que emergiram do século das luzes, principalmente o liberalismo econômico. Mais não apenas o liberalismo inglês de Adam Smith, o liberalismo francês com seus fisiocratas também foi o carro chefe dessas discussões. Schwartz chega dizer ironicamente, que aqueles eram homens “afilhados de Pombal” e “enteados de Adam Smith”. Essa ironia não é infundada, pois, com ela, Schwartz defende que, embora esses intelectuais lessem Adam Smith, o horizonte político deles era limitado, pois, reivindicavam reformas, mas “sempre dentro do contexto do sistema colonial”. (SCHWARTZ, 1995, P. 349-349).

A obra “Memórias sobre a capitania de Sergipe” traz traços indicativos da formação cultural do padre escritor, com citações que vão desde antiguidade com Virgílio, até o século das luzes com Adam Smith. Sem, contudo, se afasta do direito romano e eclesiástico e das escrituras. São inúmeras as referências usadas por Souza em sua obra, o que mostra quão elevada era sua erudição. O objetivo principal da sua obra é oferecer ao

governo parte de sua ilustração, ou seja, dos conhecimentos adquiridos através de uma vasta pesquisa e inúmeras leituras, não apenas sobre a capitania de Sergipe, mais também sobre o mundo em sua volta. Colaborando com o governo e oferecendo sugestões, tanto no que diz respeito à política, como no que se refere à economia e apontando os caminhos que deveria seguir a capitania de Sergipe para alcançar o progresso.

Instrução na América Portuguesa

A história de Portugal do século XVIII é inseparável da figura dominadora de Sebastião José Carvalho de Melo, o marquês de Pombal (1699-1782) que foi à principal figura do despotismo esclarecido português na Europa. Ao longo do seu governo entre 1750 e 1777, Portugal e suas respectivamente colônias viveu um dos períodos mais autoritários de sua história. Durante este período foi implantada uma drástica reforma na instrução pública que tinha por objetivo, aprimorar o desenvolvimento dos estudos enciclopedistas sobre a justificativa de modernizar a economia portuguesa. Essa reforma no ensino teve como referencial outras nações como a Inglaterra, Áustria e Rússia, sendo a primeira a mais desenvolvida delas, já dando os primeiros passos na sua Revolução Industrial. Com o propósito de levar Portugal ao progresso Pombal desmonta a estrutura organizacional da educação jesuítica e coloca em execução um projeto educacional baseado nos escritos de Luís Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) dois famosos estrangeirados portugueses que tiveram em sua formação o contato com pensamento iluminista da época.

Até o século XVIII a instrução em território português estava sobre a orientação religiosa dos jesuítas que introduziram métodos educacionais bastante rigorosos, proporcionando escolaridade para pessoas de todas as idades e das mais diversas etnias. Colaborando com a propagação do catolicismo e fortalecendo a resistência católica contra o protestantismo. Essa educação era calcada na repetição de textos clássicos em grego e latim, além do ensino de retórica e teologia. A instrução dada pelos jesuítas procurava demonstrar que a fé católica harmonizava-se com a ordem social existente,

baseada nos privilégios e na hierarquia. Estado e igreja se uniram para legitimar a perpetuação de uma ordem patriarcal, estamental e colonial, através da instrução que ofereciam. Neste período, a circulação de livros na colônia era limitada a livros devocionais, obra sobre a vida dos santos, catecismos, manuais de latim, ou seja, uma sintaxe da vida cristã. Obras literárias ou científicas eram vistas como uma ameaça à soberania do estado português, pois estas poderiam suscitar questionamentos perigosos à manutenção da estrutura colonial vigente.

Outro fator que contribuía para haver uma pequena circulação de livros na colônia era a grande quantidade de analfabetos existentes no Brasil colonial e o pouco uso da língua portuguesa pelos colonos. Pois até o século XVII, antes da política mercantil ganhar força e trazer novos indivíduos de origem portuguesa e africana para colônia, a língua mais falada em terras brasileiras era as chamadas línguas gerais, ou seja, o idioma dos nativos. A miscigenação entre os portugueses e os nativos cooperou bastante para que o tupi fosse a língua mais falada entre os colonos. Isso se estendeu até as primeiras décadas do século XVIII, quando o estado português decide intensificar a disseminação da língua portuguesa na colônia. Porém, transformar a língua oficial usada em espaços públicos como igreja e escola, no idioma mais falado entre colonos, não foi um desafio fácil para os jesuítas. Consolidar a língua portuguesa na colônia significava avançar um estágio do processo civilizatório.

[...] a educação portuguesa, baseada na formação literária, com a Teologia na cúpula, não forma, escreve Ribeiro Sanches, nem para o trabalho, nem para o comércio e nem para as indústrias, que constituem as atividades marcantes e indispensáveis do mundo atual, só conseguidas com o auxílio das ciências e das artes (TOBIAS, 1986, p. 91).

A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola e um grupo de estudantes da Universidade de Paris. Estes jovens fizeram voto de obediência à doutrina da igreja católica e foram logo reconhecidos através da bula papal em 1540. No contexto da contrarreforma tiveram um papel primordial na catequização e

recatequização de vários povos e nações, após a reforma protestante. Os jesuítas dedicaram-se ao trabalho missionário e educacional, foram os principais educadores do território português, chegaram ainda em 1549 na colônia portuguesa e justamente com o estado, impuseram aos colonos uma espécie de “blindagem” intelectual que foi intensificada no século XVIII pela coroa, que buscou manter um rígido controle sobre a circulação de livros. Com o intuito de manter o controle e a obediência da colônia, afinal, as terras brasileiras era a porção mais valiosa do Império português. A partir do século XVI começaram a emergir na Europa as monarquias absolutas, esses novos monarcas restringiram o poder da igreja de intervir nos assuntos políticos em seus territórios. Os monarcas católicos tinham uma particular antipatia pelos jesuítas, devido ao fato destes defenderem o papa incondicionalmente. Além do que, os jesuítas faziam fortes críticas ao modo como alguns nativos eram tratados. Contudo, a presença dos jesuítas era necessária ao processo de “civilização” dos nativos, então foi preciso estabelecer acordos que garantisse a expansão e preservação da fé católica e legitimação da colonização portuguesa. Portanto, a instrução ensinada pelos jesuítas tinha que atender não apenas os interesses a igreja, mais também os interesses metropolitanos.

Século das luzes

Ainda no século XVII ocorreu à chamada revolução científica, período que ficou marcado, por uma enxurrada de invenções e descobertas que se alastraram por toda Europa; colocando a disposição das pessoas uma série de novas informações sobre o mundo. Essas novas ideias formaram as bases do desenvolvimento científico e do pensamento ilustrado, suscitando questões perturbadoras tanto para igreja católica, pois questionavam até a existência do próprio Deus, como para as monarquias absolutas, que também tinham sua legitimidade questionada por vários filósofos ilustrados. Entre os críticos mais ferrenhos, está Voltaire (1694-1778) que fazia duras críticas aos privilégios concedidos à nobreza e a igreja, além de criticar também, a falta de liberdade individual da época. Pensadores modernos como o italiano Galileu Galilei (1564-1642), os alemães Johannes Kepler (1571-1630) e G. W. Leibniz (1646-1716), o francês René Descartes (1596-1650) e os ingleses John Locke (1632-

1704) e Isaac Newton (1642-1727). É apenas alguns dos responsáveis por construir o alicerce intelectual que prepararia o caminho para o iluminismo do século XVIII.

Ilustração ou iluminismo são os termos usados para definir essas novas ideias que ganharam corpo e forma e se consolidaram no século XVIII, mais conhecido por *século das luzes*. Foi neste período que os intelectuais europeus estabeleceram a razão como mediadora de todos os assuntos, colocando de lado a bíblia e a doutrina cristã. Para os pensadores ilustrados o homem deveria buscar na razão as respostas para todas as questões. O iluminismo marginalizou a religião, transformando-a em uma simples superstição, deixando de lado instituição religiosa e abraçando o deísmo, ou seja, uma doutrina que considera a razão como o único meio capaz de confirmar a existência de Deus. A intermediação entre homens e Deus, feita pela igreja católica, passou a ser duramente questionada e combatida, com uma posição anticlerical. Os ilustrados defendiam em suas teses a existência de leis que regulavam os fenômenos da natureza e que era preciso conhecê-las, para torná-las úteis ao homem.

O século XVIII também despertou o espírito revolucionário em várias partes do mundo, ideias que defendiam a liberdade de expressão e de culto, além da igualdade de todos perante a lei, se propagaram rapidamente. Essas novas ideias tinham como objetivo garantir a proteção das pessoas, contra a injustiça e a opressão existentes na época. Tudo isso abalou as estruturas das monarquias absolutas da Europa e de suas respectivas colônias. A todo o momento chegavam notícias nas terras Brasileiras, sobre revoltas e revoluções que estavam acontecendo tanto Europa, como em suas colônias na América. Prevendo possíveis problemas para manter a obediência e o controle sobre os colonos a coroa procurou limitar ainda mais o acesso a livros e informações que pudessem suscitar um levante contra a coroa portuguesa. Porém esse controle não surtiu o efeito esperado, as ideias iluministas desembarcaram no Brasil com força, inspirando os colonos insatisfeitos com a administração portuguesa. Um dos fatores que contribuíram para essa difusão de ideias foi a dependência existente por parte dos estudantes coloniais, da universidade de Coimbra, para concluir seus estudos, já que o pacto colonial impedia a criação

de universidades na América portuguesa. As elites coloniais mandavam seus filhos para Portugal, de onde voltavam transbordados de ideias iluministas. Contribuindo para o surgimento de várias revoltas e conspirações em diferentes partes da colônia e com objetivos diversos. Esses movimentos foram todos massacrados ou silenciados pela coroa portuguesa. Porém, a impossibilidade de conter o avanço do iluminismo, fez com que ao final do século XVIII, diversos reis absolutistas, bem assessorados por ministros “esclarecidos” absorvessem o iluminismo, realizando reformas que pudessem diminuir as tensões entre os monarcas e a burguesia. Isso se deu por meio de uma modernização administrativa. Acompanhada de incentivo à educação pública, com a criação de escolas e o incentivo à literatura e a produção científica. Essa tentativa de compatibilidade entre os reis absolutos e as ideias iluministas, garantiu uma sobrevivência ao estado absolutista. Este movimento ficou conhecido como despotismo esclarecido, ou seja, uma forma de governo que garantia as reformas exigidas, porém não aceitava a perda de poderes. Um dos principais déspotas esclarecidos da Europa foi o Marquês de Pombal.

A nação portuguesa chegou a meados do século XVIII com uma economia frágil, mesmo com a injeção de recursos vindos do ouro extraído da sua colônia na América. Portugal empregava grande parte do seu capital na compra de produtos, de quase todos os gêneros, devido à falta de um parque industrial capaz de suprir as necessidades do mercado interno. A economia portuguesa vivia na dependência de produtos estrangeiros, o que provocava um déficit em sua balança comercial. Essa situação fez com que o governo português através do Marquês de Pombal, implementar-se transformações na economia. E estas, deveriam começar pela estrutura educacional, pois com base nos princípios enciclopedistas, havia quase um consenso entre os reformadores da época, que um dos motivos do atraso econômico português estava na estrutura e nos métodos de educação, aplicados pelos padres da Companhia de Jesus. Pombal pretendia modernizar Portugal e começou com a reforma do ensino. Em 1759 os jesuítas foram expulsos do território português, vários colégios e seminários que estavam sob sua influência foram fechados. Isso provocou uma grave crise, tanto na formação educacional dos colonos, como na dos clérigos. As reformas impostas por Pombal deram ao estado toda

a responsabilidade sobre a instrução dos colonos. O governo português, movido por uma visão pragmática do conhecimento científico, incentivou o ensino de disciplinas que eram vistas como técnicas na época, como matemática, química e física. O objetivo da metrópole era dinamizar e ampliar a produção de matérias-primas na colônia, com uma mão de obra mais qualificada para o trabalho, aumentando assim, a geração de riqueza para a coroa.

Contudo, as reformas no ensino enfrentaram problemas graves e não conseguiu fazer Portugal alcançar o progresso científico desejado. Recursos escassos, falta de professores, livros e manuais, são só alguns dos vários motivos que não permitiram a implantação dos novos métodos educacionais em boa parte da América portuguesa. A coroa, não demonstrou interesse em empregar os recursos necessários para a instrução dos colonos, também não permitiu a criação de uma universidade na colônia. O maior êxito das reformas pombalinas foi à propagação da língua portuguesa como o idioma mais falado da colônia. Essas reformas despertaram na elite colonial, inclusive nos clérigos a curiosidade pelas novas ideias, e é nesse contexto que Souza vai cursar o seminário nos moldes do iluminismo, tendo uma formação conectada com a nova realidade da época e voltada para o ensino mais racional e o técnico.

Marcos Antônio de Souza e a Fisiocracia

O iluminismo produziu vários intelectuais das mais distintas áreas do conhecimento, como ciências, artes, filosofia, economia entre outras. Esses pensadores em sua maioria burgueses ou nobres pertenciam à elite ilustrada europeia e foram os principais responsáveis pela queda do antigo regime. Em meados do século XVIII, desencadeou-se na Europa um processo de transformações com inúmeras mudanças na sociedade, caracterizado pelo colapso do Estado moderno centralizado. As críticas ao Antigo regime não ficavam apenas nos aspectos políticos do absolutismo, se estendia também aos sociais, como os privilégios concedidos a nobreza e o clero. A substituição

desse estado moderno centralizado por um estado liberal, partiu da burguesia que se encontrava em ascensão política e econômica. O sistema mercantilista promovido pelos monarcas, não atendia mais os interesses da nova elite burguesa, que buscava ganhar a cada dia mais espaço no governo. É neste contexto que surge a chamada, *fisiocracia*, primeira escola econômica a defender o liberalismo fazendo duras críticas a intervenção do estado na economia.

A palavra fisiocracia provém do grego: *physis* (natureza) *kratos* (poder), ou seja, poder da natureza, para os fisiocratas o funcionamento da economia correspondia a uma ordem natural, em que, as mesmas leis da natureza que governava os humanos, também deveriam ser aplicadas a economia. Sendo assim, todos os fatos sociais e econômicos estariam intimamente ligados e sujeitos a leis inevitáveis, ou seja, tanto o estado como o setor privado, deveria compreender e observar essas leis em suas ações para alcançar bons resultados. O principal defensor dessa corrente econômica foi o médico e economista francês François Quesnay (1694-1774), sendo o primeiro a aplicar o método científico na economia. Segundo Quesnay a sociedade era como um organismo físico e a circulação da riqueza de bens na economia devia seguir a ordem natural da sociedade da mesma forma que segue natural à circulação do sangue pelo corpo. Diz ainda que da mesma maneira que as descobertas de Isaac Newton (1643-1727) governavam o mundo físico, as atividades humanas também deveriam ser mantidas em harmonia, imitando as leis que regem a natureza. Na esfera econômica as leis naturais davam aos indivíduos o direito natural de usufruir as benesses do seu trabalho, desde que isso estivesse de acordo com o direito dos demais indivíduos.

Os fisiocratas eram membros da aristocracia e da corte francesa e suas ideias alcançaram um aspecto quase religioso, tendo Quesnay como uma espécie de sacerdote. Em 1758 Quesnay lançou a carta magna para os fisiocratas o livro *Tableau Économique*, essa obra descrevia um modelo econômico que representava a economia francesa e seu aspecto rural, buscando mostrar a relação existente entre as principais peças do sistema econômico francês. Segundo a doutrina fisiocrata a riqueza de uma nação é gerada apenas no campo e a produção da terra era uma obra de Deus, por

isso, a agricultura era considerada a única atividade geradora de riqueza. Na França ainda persistia vários resquícios do período feudal, o processo de produção de produtos ainda era manufatureiro, pouco rentável e de baixa escala, feito apenas por pequenas empresas familiares que mal conseguia cobrir os custos de produção. Neste contexto em que a revolução industrial era apenas embrionária, a agricultura superava amplamente, tanto a indústria como o comércio. Portanto era natural que os fisiocratas pensassem no cultivo da terra como a melhor maneira de gerar riqueza. Esses pensadores econômicos acreditavam que tanto a indústria como o comércio eram úteis à sociedade, porém estérteis para economia. Para os fisiocratas estes setores apenas conseguia reproduzir o valor consumido na forma de matérias primas e garantir a subsistência dos trabalhadores. Diz ainda que o comércio somente transfere de lugar a riqueza que foi produzida pela agricultura, e que a indústria apenas conseguia alterar a essência do produto, não agregando valor algum ao mesmo. Sendo assim, apenas a agricultura conseguia produzir um excedente, gerando um valor maior que os gastos aplicados no plantio.

A excessiva relação entre o estado e a economia foi uma prática comum e contemporânea aos fisiocratas, devido ao fato da Europa ter passado mais de dois séculos sobre o domínio das ideias mercantilistas. A intervenção do estado na economia foi alvo de inúmeras críticas por parte fisiocratas. Entre os críticos mais ferrenhos, está o negociante e economista francês Vincent de Gournay (1712-1759), um dos principais expoentes da fisiocracia, a quem é atribuído à frase: *laissez-faire, laissez-passer*, ou seja, deixa fazer e deixa passar. Essa expressão tornou-se o lema do liberalismo econômico e foi usada para dizer ao estado, o quão, maléfico era sua interferência na economia, pois está, era regida por leis naturais e a ação do estado, prejudicava essa naturalidade. Portanto o governo nunca deveria se envolver nos assuntos econômicos, além do mínimo absolutamente necessário, ou seja, para proteger a vida e a propriedade.

Mesmo tendo curta duração e sendo uma ciência econômica de exclusividade francesa, a doutrina fisiocrata chegou à colônia portuguesa na América. Influenciando vários intelectuais, entre quais estava o padre Marcos Antônio de Souza. Como se observa na seguinte citação “[...] estes gêneros

formariam um ramo considerável de comércio e fariam correr sobre a nação parte das riquezas” (SOUZA, 2005, p. 44).

Na primeira citação acima, Souza está tratando sobre as possibilidades econômicas de se cultiva na Vila de Santa Luzia do Piagui, gêneros que são muito apreciados na Europa, como pimenta da Índia, cacau, canela e café. Ao fazer isso, Souza integra essa possibilidade de riqueza ao corpo, ou seja, a nação. Isso fica mais claro nesta segunda citação, quando Souza enaltece os benefícios que a mineração poderia trazer a Vila de Itabaiana, usando o mesmo conceito que Quesnay usou ao descreve o processo de distribuição da riqueza na economia, como a circulação de sangue pelo corpo, conforme o autor afirmou: “[...] deste modo não somente ficariam remediadas as necessidades dos itabaianistas como em todo o corpo da nação correria este sangue de riqueza, que faria o mais vigoroso”. (SOUZA, 2005, p. 62)

Nestes dois trechos fica evidenciado a influencia que os fisiocratas tiveram na obra de Souza, principalmente no que se refere à importância da agricultura como geradora de riqueza.

Souza e o Liberalismo econômico de Adam Smith

O liberalismo pregado no livro *memorias sobre capitania de Sergipe* tem como uma das principais referências o inglês Adam Smith e sua obra “*A riqueza das nações*”, publicada pela primeira vez em março de 1776 em Londres. Adam Smith é considerado o pai da economia moderna, sendo o principal teórico do liberalismo econômico, suas ideias baseava-se na total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do estado. Segundo o mesmo a livre concorrência provocaria uma queda de preços e o desenvolvimento tecnológico, necessários para o aumento da produção e uma melhor qualidade dos produtos. As ideias de Adam Smith, caíram como uma luva nas mãos da burguesia europeia, que pretendia acabar com a política mercantilista europeia e com os resquícios feudais que ainda persistiam em algumas regiões da Europa, promovendo uma economia industrial forte e sem a interferência do estado. Essa obra teve grande repercussão em toda a Europa e em suas colônias. E foi uma

referência bastante significativa na obra de Marcos Antônio de Souza, evidenciada nas três citações de Adam Smith feitas no decorrer de sua obra.

Segundo Smith, a verdadeira riqueza de uma nação vem do trabalho e do fluxo de mercadorias e serviços produzidos nele. Diz ainda que a capacidade de produção está diretamente relacionada com a divisão do trabalho e a acumulação do capital. Para Smith, o produto do trabalho de uma pessoa, consegue suprir apenas uma pequena parte de suas necessidades, o restante é suprido pelo produto do trabalho de outras pessoas, através da compra destes produtos, com o dinheiro dos lucros obtidos pela venda dos seus. No século XVIII, a aristocracia inglesa acreditava que a riqueza provinha apenas da herança, já os fisiocratas franceses, acreditavam que a riqueza só poderia ser gerada pela agricultura. Para Smith a riqueza também poderia ser gerada pela indústria, setor que começava a se consolidar, diz ainda, que tudo funciona melhor quando o homem tem liberdade, ou seja, sem a interferência do estado. Smith acredita que o estado só deve interferir na manutenção da ordem, proteção do patrimônio e construção de obras de infraestrutura, além de cuidar da educação.

Smith é o primeiro a separar a economia política das ideias morais, preservando também a economia de uma discussão política. Segundo mesmo, o enriquecimento de um país é resultado do trabalho de várias pessoas, estas são movidas não por sua moral ou bondade, mais sim para atender os seus próprios interesses. Souza vai absolver muito dessas ideias em sua obra, separando o liberalismo político e discutindo apenas o liberalismo econômico. Além do mais, Souza vai defender a interferência do estado na manutenção da ordem e proteção do patrimônio, além indica o tempo todo, possíveis obras de infraestrutura que deveria ser realizada na capitania. Outra preocupação de Souza é com a educação, como é possível notar na seguinte citação: [...] em todo este termo não se acha um mestre público que ensine a ler e a escrever, aritmética e os princípios de uma conduta religiosa e temente a Deus (SOUZA, 2005, p. 54).

Pode-se observar aqui que Souza apesar de progressista, não se separa jamais da sua mais importante marca como escrito, a de padre e defensor da

conduta religiosa, característica essa presente o tempo todo em sua obra. Somada ao fato de Souza jamais questionar a autoridade do estado português sobre a colônia.

Jean Baptiste Say em Memórias Sobre a Capitania de Sergipe

O economista, jornalista e comerciante francês Jean Baptiste Say (1776-1832) é a citação que mais se repete na obra de Souza, aparecendo em quatro oportunidades. Say foi um dos maiores representantes da economia moderna, criando muitas das ideias liberais clássicas e sendo o responsável por difundir o liberalismo econômico de Adam Smith na França. Sua principal obra foi o *Tratado de Economia* publicada em 1803, neste livro Say disserta sobre a economia política, apresentando as diversas maneiras pela quais, se consomem e se distribuem as riquezas. Aqui é preciso fazer uma ressalva com relação à data da publicação do *Tratado da Economia* (1803) e *Memórias Sobre a Capitania de Sergipe* (1808), pois são datas muito próximas. Em uma época em que o acesso a livros era restrito e sendo a obra de Say publicada na França, chama atenção a rapidez com que essa obra chegou às mãos de Souza. Outro fato importante que é preciso destacar, é que se Souza teve acesso e interpretou a obra ainda em sua versão original, isso quer dizer, que Souza dominava a língua francesa.

Say criou sua própria escola econômica na França, segundo sua teoria é a utilidade e não o trabalho, que determina o valor de um bem, pois é a utilidade dos bens que vão determinar a demanda, enquanto os custos de produção são determinados pela quantidade da oferta. Say dedicou-se a defender os benefícios do livre comércio e a criticar o intervencionismo do estado. Para isso procurou ser o mais didático possível na sua abordagem, facilitando a disseminação das suas ideias entre a população. A mais famosa dela é a *lei dos mercados*, mais conhecida como *lei de Say*, segundo essa lei é a produção que abre um mercado para os produtos, ou seja, a produção é uma condição necessária para criar oportunidades de consumo. E a solução para uma produção excessiva ao consumo, a chamada *superprodução*, seria a estimulação do consumo, através da injeção de mais dinheiro na economia.

Para Say tudo que é produzido, representa ao mesmo tempo, uma demanda por outras coisas, então a produção seria essencial para gerar consumo, ou seja, cada produtor é responsável por gerar oferta e uma demanda por ofertas e demandas de outros produtores. Em síntese a lei de Say diz que: a oferta, ou seja, a venda de um determinado produto gera uma demanda por outro produto e assim sucessivamente.

Conhecendo um pouco da teoria de Say é possível notar como sua obra influenciou diretamente a escrita de Souza, pois, ao sugerir a produção de determinados produtos a primeira preocupação de Souza é apontar quais seriam os mercados consumidores, como Bahia e outras partes da colônia, assim como algumas nações europeias como a Inglaterra, considerada por Souza “o celeiro do mundo”. E vista como exemplo de progresso e desenvolvimento econômico, isso ficou evidenciado no seguinte trecho: [...] mais lhes conviria imitar as nações industriais, delas aprender lições de melhorar os campos de sua cultura para não sofrerem os tristes efeitos da esterilidade. (Souza, 2005, p. 33)

Nesse trecho podemos notar a preocupação de Souza em imitar as nações em que a indústria é mais desenvolvida, com o objetivo de alcançar o progresso. Se aproximando assim do pensamento de Smith e Say.

Memórias do futuro

Apesar de memória ser termo que remete a algo que já aconteceu, um resquício do passado que ficou por algum motivo guardado na lembrança. No livro *memória sobre a capitania de Sergipe* há uma particularidade, ao descrever suas “memórias” propondo vários melhoramentos possíveis, Souza não faz apenas uma reconstituição fiel do passado, vai muito além, traçando vários futuros possíveis para a Capitania de Sergipe d’EL Rei. A narrativa de Souza começa sendo de informativa, fornecendo detalhes sobre várias coisas, como os números habitantes, os tipos de solos, a situação fluvial dos rios, o tipo de indústria e agricultura existente, o clima, a situação dos conventos e igrejas, entre outras informações. Porém após esse primeiro diagnóstico sobre a capitania, Souza começa a mostrar um caráter mais pessoal na sua escrita, por

vezes adjetivado os moradores da capitania: [...] deste modo se abriria um novo caminho, para a indústria de todo este povo, que é espirituoso, ativo e inclinado ao trabalho (SOUZA, 2005, p. 45)

Adjetivos estes nem sempre elogiosos, principalmente no que se refere aos índios, vistos por Souza como improdutivos, indolentes e incivilizados. Isso evidencia sua maneira de ver o mundo, partindo sempre das ideias econômicas e liberais.

[...] a sobredita Missão de N. Senhora do Carmo da Japaratuba compreende trezentos índios, os quais são doutrinados por um carmelita... Estes índios da Japaratuba vivem errantes e por serem imogerados servem de muito gravame aos vizinhos. Se adquirissem maior grau de civilização podiam ser úteis a si próprios e com seus braços reforçados servi à sociedade e ao estado. (SOUZA 2005, p. 72)

Ao indicar os melhoramentos de que a capitania é capaz, Souza apresenta um rosário de sugestões, sempre usando verbos como “*podiam*” ou “*deveriam*” no decorrer de todo o livro. A frequência desses verbos chama atenção para o fato de Souza muitas vezes está relatando, coisas *podiam* mais não aconteceram, *deveriam* mais também não era a realidade. Na verdade ao dizer que os sergipenses “podiam” fabricar queijos e manteigas ou “deveriam” abrir canais, Souza está tentando colocar a capitania de Sergipe, juntamente com a nação portuguesa, nos trilhos do progresso. Suas ideias tinham o objetivo claro de aumentar a riqueza, melhorando assim, a vida tanto da capitania, como de toda nação portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Obra *Memórias sobre a capitania de Sergipe* é um texto que trabalha sistematicamente o liberalismo econômico, ficando evidenciado pelo fato da maior parte dos autores e países citados por Souza, seguirem essa doutrina econômica. Inclusive a obra foi oferecida ao então ministro Rodrigo de Souza Coutinho que também compactuava com suas ideias liberais. Por fim a obra é uma fonte importantíssima sobre a história de Sergipe, no entanto é preciso ressaltar, que Souza pretendeu ao escrever sua obra, realizar uma projeção

para o futuro da capitania, e não necessariamente, fazer uma representação fiel e realista do período descrito.

Abstract:

The present work will analyze how the Enlightenment ideas and the different forms of economic liberalism that emerged in eighteenth century Europe were received in the book *Memórias Sobre a Capitania de Sergipe* de Marcos Antônio de Souza, which interpretations these new ideas received in the vision of a priest to Service of the church and the Portuguese state. It will also reflect on the instruction obtained by Souza in Portuguese America, in a context of reformulation of Jesuit teaching and expulsion from Portuguese territory, in addition to restricted access to books. Finally the following text will make a brief summary of liberal authors constantly cited by Souza in his work, showing some of the peculiarities and differences of these economic doctrines.

Key words: Nation. Production. Progress

Fonte:

SOUZA, Dom Marcos Antônio de, **Memórias sobre a Capitania de Sergipe**, Aracaju, Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, 2005, [1808].

Referências bibliográficas:

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. 6ª edição. São Paulo: 2006.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, MIRIAM. **História nos dias de hoje, 8º ano**: São Paulo: Ed. Leya, 2012.

VICENTINO, Cláudio, DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**, volume 2: São Paulo: Scipione, 2010.

DOWLEY, Tim. **Os Cristãos Uma História Ilustrada**: São Paulo: ed. WMF Martins Fontes, 2009.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina. Política Econômica e Monarquia Ilustrada**. São Paulo: Ática, 1986.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal; PRADO, Maria Emíli (orgs). O liberalismo no Brasil imperial. Rio de Janeiro: REVAN/UERJ, 2001.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do Pensamento Econômico do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

MAXWELL, Kenneth: **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**; tradução Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz. **Sergipe panorâmico, Universidade Tiradentes**: 2 ed. Aracaju: UNIT, 2009.

JUNIOR, Antônio Germano Magalhães; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (orgs). **Ensino & Linguagens da História**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

Silva, José Bonifácio de Andrada; **Coleção Formadores do Brasil**; Organização e introdução Jorge Caldeira; São Paulo: Ed 34 Ltda, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, Piratas e outros Malandros**; Ensaios Tropicais; Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira... (et.Al.) São Paulo: Ed Paz e Terra, 1999.

NOVAIS, Fernando A (org). **História da Vida Privada no Brasil vol. 02**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

Paula, Eurípedes Simões de (org). **A Cidade e a História**. LV Coleção da Revista de História. São Paulo, 1974.

PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regina de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas**. Apresentação de Roberto Campos. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas)

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3º ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.

Seminário Santo Antônio: um brevíssimo histórico

<<http://www.arquidiocesedesaoluis.org/destaques/noticia/2016/28/seminário-santo-antonio-um-brevissimo-historico.html>> Acesso em: 06 de outubro de 2016

Jean-Baptiste Say: O que realmente pensava este grande economista

<<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1678>> Acesso em: 20 outubro de 2016